



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº026/2025, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU
APROVADO EM PLENÁRIO
EM: 09/12/2025

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TURURU, O PROGRAMA DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS PARA OS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, A ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS, E O CARTÃO DE VACINAÇÃO EM DIA COMO REQUISITO PARA MATRÍCULA ESCOLAR, ESTABELECEndo PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURURU/CE, RAIMUNDO NONATO MONTEIRO DO NASCIMENTO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município e demais disposições vigentes, encaminha à Câmara Municipal de Tururu-CE a seguinte proposta de lei:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS

Art. 1.º Fica instituído o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, verificar a situação vacinal, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes.

Art. 2.º Para a realização do Programa de Vacinação nas Escolas, as unidades básicas de saúde entrarão em contato com as escolas pertencentes ao território da sua região para que seja agendar a data da realização de vacinas pela equipe de saúde nas escolas, conforme a necessidade da escola e do Programa Saúde na Escola (PSE).

Parágrafo único. As Unidades de Saúde e as Escolas deverão divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares estejam informados.

Art. 3.º Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, o termo de autorização de vacinação e a carteira de vacinação, após a análise e a identificação de eventuais atrasos ou oportunidade de vacinação.

§1.º Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que:

- I - não trouxerem a carteira de vacinação;
- II - possuírem contraindicação médica; ou

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU
PROTOCOLO
RECEBIDO EM 25/11/25

Maria Gláucia
RESPONSÁVEL



III - ou tenham tido eventos adversos específicos à alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§2.º A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado no qual solicite que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.

§3.º Os pais ou responsáveis de cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para que compareçam à unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.

§4.º A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portavam a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone, para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias nas quais os alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§5.º Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2.º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos sessenta dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.

§6.º Às famílias que se negarem ou se recusarem a vacinar seus filhos podem estar sujeitas às sanções previstas no art. 249 da Lei n.º 8.069/1990 – ECA, após o devido encaminhamento ao Conselho Tutelar para a tomada de medidas cabíveis.

Art. 5.º No início de todo semestre letivo, à família ou responsável legal pelo aluno deverá apresentar a declaração ou comprovante de vacinação da criança ou adolescente atualizado pela equipe de saúde.

Art. 6.º O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS

Art. 7.º Fica instituída, no âmbito do Município de Tururu, a vacinação extramuros, compreendendo todas as ações de imunização realizadas fora das Unidades Básicas de Saúde, em conformidade com o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Art. 8.º As ações de vacinação extramuros têm como objetivos:

- I – Ampliar o acesso da população às vacinas, especialmente crianças, adolescentes, gestantes, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis;
- II – Reduzir desigualdades no acesso à imunização;
- III – Contribuir para o alcance das metas de cobertura vacinal definidas pelo PNI;
- IV – Promover ações educativas sobre prevenção de doenças imunopreveníveis.



Art. 9.º As campanhas de vacinação extramuros poderão ser realizadas em:

- I – Escolas e creches;
- II – Comunidades quilombolas, rurais e periféricas;
- III – Centros comunitários, praças, feiras e eventos públicos;
- IV – Domicílios, em casos específicos de vulnerabilidade ou dificuldade de acesso.

Art. 10.º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por:

- I – Planejar, organizar e executar as ações de vacinação extramuros;
- II – Garantir a logística adequada, incluindo transporte, conservação de vacinas e segurança;
- III – Capacitar profissionais de saúde para a execução das campanhas;
- IV – Realizar registro, monitoramento e avaliação das ações;
- V – Desenvolver ações de mobilização social e educação em saúde voltadas para a importância da vacinação.

Art. 11 A vacinação extramuros seguirá rigorosamente os protocolos do PNI, assegurando:

- I – Armazenamento e transporte das vacinas conforme normas técnicas;
- II – Uso de fichas, cadernetas de vacinação ou sistemas eletrônicos oficiais;
- III – Registro das doses aplicadas e acompanhamento do calendário vacinal;
- IV – Orientações aos pais/responsáveis e à comunidade sobre a importância da imunização completa.

Art. 12 As ações poderão acontecer de forma intersetorial entre as Secretarias Municipais coordenadas por seus respectivos representantes.

CAPÍTULO III

DO CARTÃO DE VACINAÇÃO EM DIA COMO REQUISITO PARA MATRÍCULA ESCOLAR

Art. 13 Fica instituído, no âmbito do Município de Tururu, o cartão de vacinação em dia como requisito obrigatório para a matrícula de crianças e adolescentes nas instituições de ensino da rede municipal de educação, em conformidade com o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Art. 14 Considera-se cartão de vacinação em dia aquele que apresenta todas as vacinas previstas para a faixa etária do aluno, conforme calendário vacinal oficial do PNI.

Art. 15 Compete às escolas municipais:

- I – Exigir a apresentação do cartão de vacinação atualizado no ato da matrícula;
- II – Orientar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação completa;
- III – Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde casos de pendências vacinais;
- IV – Garantir sigilo e proteção das informações de saúde dos alunos.

Art. 16 Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- I – Disponibilizar informações e orientações sobre o calendário vacinal;
- II – Auxiliar escolas e famílias no acesso às vacinas;
- III – Realizar campanhas de atualização vacinal;
- IV – Manter registro e acompanhamento das situações de vacinação dos alunos.



Art. 17 Os pais ou responsáveis legais deverão apresentar o cartão de vacinação atualizado no momento da matrícula ou transferências escolares. Em caso de pendências vacinais, serão orientados a procurar a unidade de saúde mais próxima para regularização, sendo garantida a matrícula provisória pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, até a comprovação da regularização.

Art. 18 As ações previstas nesta Lei visam:

- I – Garantir a proteção coletiva da saúde da comunidade escolar;
- II – Promover a prevenção de doenças imunopreveníveis;
- III – Contribuir para o alcance das metas de cobertura vacinal do PNI;
- IV – Apoiar o Município na obtenção e manutenção do Selo UNICEF.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 As despesas decorrentes da execução desta Lei, no Capítulo II - da estratégia municipal de vacinação extramuros - correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas, se necessário, por recursos federais, estaduais ou doações específicas.

Art. 20 As despesas decorrentes da execução desta Lei, em seu Capítulo III - cartão de vacinação em dia como requisito para matrícula escolar, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Tururu-CE, em 17 de novembro de 2025.


RAIMUNDO NONATO MONTEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Tururu



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 026/2025

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores.

Submeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade fortalecer as políticas públicas de saúde preventiva no Município de Tururu, por meio da ampliação das ações de vacinação e do incentivo à manutenção do calendário vacinal atualizado de crianças e adolescentes.

A iniciativa contempla três eixos fundamentais:

I. o Programa Municipal de Vacinação nas Escolas, com ações integradas entre as unidades de saúde e as instituições de ensino, facilitando o acesso de alunos às imunizações e contribuindo para o aumento da cobertura vacinal;

II. a Estratégia Municipal de Vacinação Extramuros, permitindo que a imunização alcance comunidades rurais, periféricas, quilombolas e demais grupos em situação de vulnerabilidade, reduzindo desigualdades e ampliando a proteção coletiva;

III. a apresentação do cartão de vacinação atualizado como requisito para matrícula escolar, medida alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e que visa reforçar a responsabilidade conjunta entre família, escola e poder público na prevenção de doenças imunopreveníveis.

Trata-se de ação essencial para a promoção da saúde pública, sobretudo diante da necessidade de restabelecer índices seguros de imunização, prevenindo surtos e assegurando a proteção integral das crianças e adolescentes do município. A proposta também contribui para o cumprimento de metas nacionais e internacionais, apoiando o Município na manutenção do Selo UNICEF e demais indicadores de saúde e educação.

Importante ressaltar que o projeto respeita integralmente o direito à educação, prevendo matrícula provisória para os casos em que seja necessária a regularização da situação vacinal, assegurando, simultaneamente, a proteção da coletividade e o acompanhamento responsável do processo de imunização.

Diante da relevância da matéria, bem como dos benefícios diretos e indiretos à população tururuense, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, em caráter de urgência, que representa significativo avanço na integração entre saúde, educação e proteção social.

Certo de poder contar com a costumeira atenção e colaboração desta honrada Casa Legislativa, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


RAIMUNDO NONATO MONTEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Tururu - CE



CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU – CEARÁ
EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2025

Referência: Projeto de Lei nº 026/2025

Autoria: Comissão de Justiça e Redação

Assunto: Corrige a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 026/2025

A Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 026/2025:

Art. 1º O art. 2º do Projeto de Lei nº 026/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Vacinação nas Escolas deverá ocorrer em dias e horários previamente agendados entre a Unidade Básica de Saúde (UBS) responsável e a direção da unidade escolar, para que seja **agendada** a data da realização de vacinas com as famílias/responsáveis legais.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua aprovação, passando a integrar o texto do Projeto de Lei nº 026/2025.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tururu – CE, 05 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente:

Isaac César Barroso Moreira

Relator:

Megda Maria Bezerra

Membro:

Francisca Magalhães Robeiro



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 026/2025, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU
APROVADO EM PLENÁRIO
EM: 09/12/2025

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TURURU, O PROGRAMA DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS PARA OS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, A ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS, E O CARTÃO DE VACINAÇÃO EM DIA COMO REQUISITO PARA MATRÍCULA ESCOLAR, ESTABELECENDO PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Tururu, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e sob a proteção de Deus, aprovou e eu, RAIMUNDO NONATO MONTEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS

Art. 1.º Fica instituído o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, verificar a situação vacinal, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes.

Art. 2.º O Programa de Vacinação nas Escolas deverá ocorrer em dias e horários previamente agendados entre a Unidade Básica de Saúde (UBS) responsável e a direção da unidade escolar, para que seja agendada a data da realização de vacinas com as famílias/responsáveis legais.



Parágrafo único. As Unidades de Saúde e as Escolas deverão divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares estejam informados.

Art. 3.º Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, o termo de autorização de vacinação e a carteira de vacinação, após a análise e a identificação de eventuais atrasos ou oportunidade de vacinação.

§1.º Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que:

- I - não trouxerem a carteira de vacinação;
- II - possuírem contraindicação médica; ou
- III - ou tenham tido eventos adversos específicos à alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§2.º A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado no qual solicite que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.

§3.º Os pais ou responsáveis de cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para que compareçam à unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.

§4.º A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portavam a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone, para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias nas quais os alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§5.º Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2.º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos sessenta dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.



§6.º As famílias que se negarem ou se recusarem a vacinar seus filhos podem estar sujeitas às sanções previstas no art. 249 da Lei n.º 8.069/1990 – ECA, após o devido encaminhamento ao Conselho Tutelar para a tomada de medidas cabíveis.

Art. 5.º No início de todo semestre letivo, à família ou responsável legal pelo aluno deverá apresentar a declaração ou comprovante de vacinação da criança ou adolescente atualizado pela equipe de saúde.

Art. 6.º O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS

Art. 7.º Fica instituída, no âmbito do Município de Tururu, a vacinação extramuros, compreendendo todas as ações de imunização realizadas fora das Unidades Básicas de Saúde, em conformidade com o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Art. 8.º As ações de vacinação extramuros têm como objetivos:

- I – Ampliar o acesso da população às vacinas, especialmente crianças, adolescentes, gestantes, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis;
- II – Reduzir desigualdades no acesso à imunização;
- III – Contribuir para o alcance das metas de cobertura vacinal definidas pelo PNI;
- IV – Promover ações educativas sobre prevenção de doenças imunopreveníveis.

Art. 9.º As campanhas de vacinação extramuros poderão ser realizadas em:

- I – Escolas e creches;
- II – Comunidades quilombolas, rurais e periféricas;
- III – Centros comunitários, praças, feiras e eventos públicos;
- IV – Domicílios, em casos específicos de vulnerabilidade ou dificuldade de acesso.



Art. 10.º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por:

- I – Planejar, organizar e executar as ações de vacinação extramuros;
- II – Garantir a logística adequada, incluindo transporte, conservação de vacinas e segurança;
- III – Capacitar profissionais de saúde para a execução das campanhas;
- IV – Realizar registro, monitoramento e avaliação das ações;
- V – Desenvolver ações de mobilização social e educação em saúde voltadas para a importância da vacinação.

Art. 11 A vacinação extramuros seguirá rigorosamente os protocolos do PNI, assegurando:

- I – Armazenamento e transporte das vacinas conforme normas técnicas;
- II – Uso de fichas, cadernetas de vacinação ou sistemas eletrônicos oficiais;
- III – Registro das doses aplicadas e acompanhamento do calendário vacinal;
- IV – Orientações aos pais/responsáveis e à comunidade sobre a importância da imunização completa.

Art. 12 As ações poderão acontecer de forma intersetorial entre as Secretarias Municipais coordenadas por seus respectivos representantes.

CAPÍTULO III

DO CARTÃO DE VACINAÇÃO EM DIA COMO REQUISITO PARA MATRÍCULA ESCOLAR

Art. 13 Fica instituído, no âmbito do Município de Tururu, o cartão de vacinação em dia como requisito obrigatório para a matrícula de crianças e adolescentes nas instituições de ensino da rede municipal de educação, em conformidade com o Programa Nacional de Imunizações (PNI).



Art. 14 Considera-se cartão de vacinação em dia aquele que apresenta todas as vacinas previstas para a faixa etária do aluno, conforme calendário vacinal oficial do PNI.

Art. 15 Compete às escolas municipais:

- I – Exigir a apresentação do cartão de vacinação atualizado no ato da matrícula;
- II – Orientar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação completa;
- III – Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde casos de pendências vacinais;
- IV – Garantir sigilo e proteção das informações de saúde dos alunos.

Art. 16 Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- I – Disponibilizar informações e orientações sobre o calendário vacinal;
- II – Auxiliar escolas e famílias no acesso às vacinas;
- III – Realizar campanhas de atualização vacinal;
- IV – Manter registro e acompanhamento das situações de vacinação dos alunos.

Art. 17 Os pais ou responsáveis legais deverão apresentar o cartão de vacinação atualizado no momento da matrícula ou transferências escolares. Em caso de pendências vacinais, serão orientados a procurar a unidade de saúde mais próxima para regularização, sendo garantida a matrícula provisória pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, até a comprovação da regularização.

Art. 18 As ações previstas nesta Lei visam:

- I – Garantir a proteção coletiva da saúde da comunidade escolar;
- II – Promover a prevenção de doenças imunopreveníveis;
- III – Contribuir para o alcance das metas de cobertura vacinal do PNI;
- IV – Apoiar o Município na obtenção e manutenção do Selo UNICEF.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



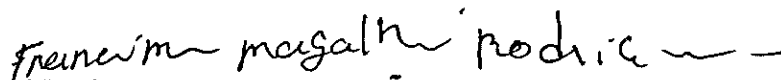
Art. 19 As despesas decorrentes da execução desta Lei, no Capítulo II - da estratégia municipal de vacinação extramuros - correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas, se necessário, por recursos federais, estaduais ou doações específicas.

Art. 20 As despesas decorrentes da execução desta Lei, em seu Capítulo III - cartão de vacinação em dia como requisito para matrícula escolar, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


MAGDA MARIA BARBOSA
Relatora


ISAAC CÉSAR BARROSO MOREIRA
Presidente da Comissão


FRANCIMAR MAGALHÃES RODRIGUES
Membro